

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: POR QUE ALGUMAS NÃO VALEM UM CARACOL

Conspiracy theories: The reason why some of them are not worth a red cent

Eros Moreira de Carvalho¹

RESUMO

Neste artigo, mapeio o terreno da discussão em torno das teorias da conspiração, destacando o problema de como defini-las, os fatores que levam à crença nas teorias da conspiração, os seus potenciais prejuízos e como devemos reagir a elas. Defendo que devemos avaliar as consequências da crença em uma teoria da conspiração para determinar se ela deve ser levada a sério ou não. Em bloco, as teorias da conspiração ameaçam a capacidade coletiva de produção de conhecimento e devemos nos preocupar com a sua difusão.

Palavras-chave: Teorias da conspiração. A ética da crença. Risco indutivo. Racionalidade epistêmica.

ABSTRACT

In this paper, I map the terrain of the discussion around conspiracy theories by focusing on the problem of how to define them, the factors that lead to the belief in conspiracy theories, their potential harms and on how we should respond to them. I sustain that we should assess the consequences of believing in a conspiracy theory in order to determine whether it should be taken seriously or not. Together, the conspiracy theories threaten our collective capacity of knowledge production, and we should be worried about their propagation.

Keywords: Conspiracy Theories. The ethics of belief. Inductive risk. Epistemic rationality.

1. Introdução

As teorias da conspiração não são um assunto novo. Elas estão conosco desde tempos imemoriais e por uma razão muito simples: conspirações fazem parte da nossa experiência desde sempre. Na verdade, concluímos,

¹ Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bolsista de Produtividade do CNPq. Este trabalho contou com o apoio da CAPES e auxílio financeiro do CNPq, projeto n.º 307872/2018-1.

E-mail: eros.carvalho@ufrgs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7267-5662>



esquemas e golpes são comportamentos alegadamente observados entre chimpanzés, uma tendência que também se observa entre humanos (VAN PROOIJEN 2018, p. 8). Rowlands chega a afirmar que talvez essa seja a característica mais elementar que compartilhamos com os chimpanzés (2009). Assim, se for razoável supor que chimpanzés têm alguma teoria da mente, é de se esperar que eles possam também se entreter com algo que seja os rudimentos de uma teoria conspiratória. Claro que não podemos confundir o comportamento conspiratório com a tendência a forjar ou crer em teorias conspiratórias, nem concluir que esta última se deve a uma suposta ocorrência elevada do primeiro. Muito pelo contrário, as teorias da conspiração ganham interesse próprio na medida em que se descolam das ocorrências de conspiração, e é justamente este fenômeno que demanda reflexão. Não há como negar que nas últimas décadas, talvez em parte pela facilidade de difusão propiciada pelas mídias digitais e sociais, as teorias da conspiração deixaram de ser um assunto exótico e marginal e se tornaram um assunto central na esfera pública. Quando até [governos](#) apelam a teorias conspiratórias para desculpar seus fracassos e insucessos, temos de nos preocupar.

O que é uma teoria da conspiração? Por que a crença em teorias da conspiração é tão popular? A crença em teorias da conspiração é prejudicial? Devemos nos preocupar e combatê-las? Essas são algumas das questões que precisamos responder para entender melhor o fenômeno das teorias da conspiração. Neste artigo, defendo que as consequências da crença em teorias da conspiração improváveis são suficientemente prejudiciais para nos deixar bastante alarmados. Se não as combatermos, corremos um sério risco de perder a capacidade coletiva de produção de conhecimento.

2. Do que estamos falando? Alguns exemplos

É oportuno começar com alguns exemplos para que tenhamos material diverso o bastante para testar propostas de definição que capturem o que são teorias da conspiração. Vou fornecer uma breve lista, o leitor pode complementar com os seus exemplos prediletos:

- O acidente de carro que levou à morte da Princesa Diana foi orquestrado pela família Real Britânica;



- O presidente americano Nixon orquestrou em conjunto com ex-agentes do FBI e da CIA uma operação para implantar escutas na sede do Partido Democrata, o famoso [caso Watergate](#);
- Os ataques às Torres Gêmeas foram uma operação interna do próprio governo Americano;
- No início do século XX, anciões judeus se encontraram para elaborar um plano de dominação do mundo, como ficou conhecido nos [Protocolos dos Sábios de Sião](#);
- O Holocausto não ocorreu, é um mito difundido pelo povo judeu para se vitimizar;
- Os testes ao Covid-19 são para que governos criem bases de dados de DNA de suas populações;
- O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff foi orquestrado por membros da cúpula do judiciário, do legislativo e do executivo, como sugere a [conversa vazada](#) entre Romero Jucá e Sérgio Machado;
- O assassinato de Júlio César foi planejado por um grupo de senadores romanos.

Observe que a minha lista mistura casos de conspiração que já foram comprovados pela investigação histórica, o caso Watergate e o assassinato de Júlio César, com casos que ainda não foram comprovados sem deixar margem razoável para dúvidas, ou seja, casos ainda controversos, o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, e casos para os quais não há um conjunto razoável de evidência, as versões não-oficiais do acidente da princesa Diana e do ataque às Torre Gêmeas, e os Protocolos dos Sábios de Sião. Essa mistura foi proposital, pois um bom teste para uma proposta de definição não pode estar baseado em uma dieta pobre de exemplos. Mas também chamo a atenção para a diferença entre casos históricos de conspiração e casos meramente hipotéticos, pois pode ser que ao final prefiramos agrupá-los em categorias diferentes.

3. O que são as teorias da conspiração?

Em um interessante e fecundo artigo sobre o assunto, Eduardo Me-deiros e Marco Azevedo oferecem a seguinte definição:



Teorias conspiratórias são crenças explicativas de eventos de grande impacto social que tomam esses eventos como efeitos da atividade de grupos ou organizações, que, não obstante, mantém o seu papel causal escondido da opinião pública (MEDEIROS; AZEVEDO, 2020, *tradução minha*)

Essa definição é muito próxima da que aparece no texto seminal de Keeley sobre o tema:

Uma teoria conspiratória é uma explicação proposta para algum(s) evento(s) histórico(s) em termos de uma agência causal significativa de um grupo pequeno de pessoas, os conspiradores, agindo em segredo. (KEELEY, 1999, p. 116, *tradução minha*)

Há, no entanto, algumas diferenças notáveis entre essas definições. A primeira diz respeito ao objeto da explicação. A definição de Keeley contempla qualquer evento histórico, já a de Medeiros e Azevedo contempla apenas eventos de grande impacto social. A suposta conspiração dos meus vizinhos, que eu espero estar em curso, para que eu não seja eleito síndico do condomínio não deixaria de ser um evento histórico, em sentido amplo, já que, se ocorresse, faria parte da história do meu condomínio. O seu impacto social, no entanto, é muito limitado, de modo que a restrição de Medeiros e Azevedo me parece bem-vinda. Quando estamos interessados em teorias da conspiração, não estamos interessados em toda e qualquer conspiração. Na minha lista inicial, nem cheguei a dar um exemplo de conspiração tão socialmente insignificante como esta sobre a eleição de síndico. Estamos interessados em conspirações que expliquem fenômenos sociais significativos e que podem vir a afetar a vida de muitos.

A segunda diferença notável diz respeito à natureza do agente conspirador. A definição de Keeley reporta o evento a ser explicado a um grupo pequeno de conspiradores, ou seja, a um grupo de indivíduos. A definição de Medeiros e Azevedo, embora use o termo “grupo”, visa na verdade algo que vai além de um agregado de indivíduos: as coletividades. Uma instituição como o FBI, a CIA e a ABIN, ou nações como EUA e o Brasil são exemplos de agentes coletivos. As ações destas entidades não se resumem às ações dos indivíduos que as constituem, ainda que dependam delas. Uma coletividade, em virtude da sua organização e estrutura, tem algo a mais do que um mero grupo de indivíduos que circunstancialmente se coordenam para a obtenção de um fim comum. A definição de Keeley contempla a conspiração envol-

vendo a família Real Britânica, conforme quão pequeno deva ser o grupo de conspiradores, mas deixa de fora a conspiração do governo Americano para atacar as Torres Gêmeas. A definição de Medeiros e Azevedo contempla esta última e talvez a primeira, caso a família Real Britânica tenha as características de uma coletividade, o que é razoável de se assumir. No entanto, a definição de Medeiros e Azevedo deixa de fora o caso Watergate. Não há um coletivo por trás desta conspiração. Ela foi planejada por Nixon em conjunto com um grupo pequeno e seletivo de ex-agentes da CIA e do FBI.

Essa diferença quanto à natureza do agente conspirador tem repercussões epistemológicas interessantes. Por um lado, uma razão que favorece a restrição de Keeley de considerar apenas conspirações de grupos pequenos de indivíduos é que a sua definição vai apanhar as teorias conspiratórias mais prováveis de serem verdadeiras. A suposição de conspirações que envolvam grupos cada vez maiores de indivíduos e, no limite, coletividades é correspondentemente cada vez mais improvável, não só pela dificuldade de orquestrar a coordenação que envolva tanta gente, mas também pela implausibilidade dessa conspiração passar despercebida pela opinião pública. Assim, a definição de Keeley favorece a captura dos casos históricos de conspirações, pois estes justamente são mais prováveis. Por outro lado, se estamos mais interessados em teorias da conspiração improváveis, talvez pelos efeitos nocivos da crença nestas teorias, os quais discutirei mais adiante, então a abertura para considerar casos de conspirações que envolvem grandes grupos de indivíduos ou coletividades é bem-vinda.

Nenhuma das duas definições, no entanto, acomoda muito bem a teoria conspiratória de que o Holocausto não ocorreu ou a teoria conspiratória de que há alienígenas vivendo entre nós há muito tempo. Essas teorias não dizem respeito a um evento histórico, significativo ou não. Como sugere a Susan Feldman (2011, p. 16), essas teorias visam introduzir uma irrealidade como um fato, elas disputam a realidade de fenômenos socialmente aceitos. Nesse sentido, elas não são, como a teoria conspiratória de que a destruição das Torres Gêmeas foi uma operação interna do governo Americano, teorias explanatórias. Note que, no caso da destruição das Torres Gêmeas, todas as partes estão de acordo que esse evento histórico ocorreu, o que a teoria conspiratória em questão disputa é a explicação para a sua ocorrência. No

caso da teoria conspiratória de que o Holocausto não ocorreu, o que se disputa é o próprio fenômeno histórico. Subsidiariamente, articula-se a hipótese de uma conspiração para explicar por que essa “realidade”, a não ocorrência do Holocausto, permanece escondida do público. Apesar desse componente explanatório, o propósito principal da teoria é a afirmação de algo que é contrário aos fatos socialmente aceitos. Essa diferença é importante, pois ela tem consequências para como essas diferentes teorias conspiratórias são defendidas. A defesa de teorias conspiratórias que visam introduzir “fatos” alternativos acaba tendo de ser no geral mais ousada. Documentos históricos são rejeitados como forjados, especialistas são acusados de participar da conspiração e os meios normais para estabelecer ou verificar um fato são considerados fracos e insuficientes, embora o mesmo ceticismo não seja aplicado à verificação dos fatos alternativos introduzidos. Essas teorias também tendem a apelar a agências coletivas para explicar por que os fatos alternativos têm sido encobertos do público de modo tão bem-sucedido. Nesse sentido, são teorias muito improváveis.

Boa parte das teorias conspiratórias que despertam o interesse da opinião pública são dessa natureza, elas são improváveis de ser verdadeiras. E dado que há teorias conspiratórias que oferecem tanto explicações alternativas quanto fatos alternativos, talvez uma abordagem diferente para definir as teorias da conspiração seja oportuna. Uma definição que procura focar nas teorias conspiratórias altamente improváveis é a do Quassim Cassam:

Teorias da Conspiração são primeiro e antes de tudo formas de propaganda política. Elas são estratégias políticas cuja função real é promover uma agenda política (CASSAM, 2019a, p. 7, tradução minha, ênfase do autor)

Cassam sugere que mudemos, de fato, a maneira como abordamos o tema. Não interessa tanto a discussão sobre se o evento a ser explicado é socialmente significativo ou não ou se a agência que desempenha papel causal relevante na produção deste evento é coletiva ou não, ou mesmo se o que a teoria afirma é uma explicação alternativa para um fato reconhecido ou um fato alternativo, o que há de comum entre as teorias da conspiração improváveis de ser verdadeiras é que elas estão servindo de propaganda para uma agenda política. Cassam está mais interessado em uma definição que captura

a *função* das teorias da conspiração. Assim, a teoria da conspiração de que o holocausto é um mito e a de que o povo judeu planeja dominar o mundo são teorias conspiratórias que provêm uma agenda política antissemita. A teoria de que o governo Americano planejou o ataque às Torre Gêmeas é uma que promove uma agenda antipática ao governo Americano da época, e, por fim, a teoria de que a princesa Diana foi “assassinada” pela família Real Britânica visa atacar e manchar a reputação da família Real Britânica.

É tentador acusar a definição do Cassam de ser ela mesma uma teoria da conspiração, pois parece que ele está afirmando que toda teoria da conspiração que serve a uma agenda política foi ela mesma elaborada e difundida pelo grupo de indivíduos ou pela organização que tem interesse em promover essa agenda. Teríamos, então, uma teoria da conspiração de um certo tipo de teorias da conspiração. Para quem tem apetite pelas conspirações, isso não deveria alarmar! Mas a definição do Cassam não faz essa suposição. Uma teoria da conspiração pode cumprir ou atender uma agenda política sem que ela seja o resultado conspiratório de uma agência coletiva ou de grupo. Os indivíduos que promovem e difundem essas teorias conspiratórias improváveis podem não colaborar entre si, enquanto grupo de indivíduos ou enquanto participantes de uma organização ou coletividade. Eles também podem ser crentes sinceros nessas teorias sem por isso deixar de contribuir para a realização da função propagandística dessas teorias. A propaganda pode ser sincera. O segredo aqui para não cair na tentação de acusar o Cassam injustamente é perceber que a existência de uma agenda política não requer necessariamente uma agência organizada que promova essa agenda. Essa agenda pode ser, e em muitos casos é, o resultado de movimentos difusos porém convergentes de ideias e poder no interior de uma sociedade. Não há um grupo ou um coletivo específico promovendo o antissemitismo por meio de teorias conspiratórias, mas há tendências antissemitas em vários setores da sociedade que acabam promovendo uma agenda política através da difusão dessas teorias.

Não é uma mera coincidência que as teorias da conspiração que cumprem uma função política sejam improváveis. Como a função delas não é rastrear nenhum evento histórico, mas indispor as pessoas a certas ideias ou grupos, se elas se revelarem verdadeiras, será mais por acidente que por

mérito. E são justamente essas teorias que recebem maior atenção da opinião pública. Na mesma direção, os cientistas políticos Russell Muirhead e Nancy Rosenblum (2019, p. 15) apontam que há algo de novo na profusão de teorias da conspiração nas últimas décadas, temos agora “conspiração sem a teoria”. O que eles entendem por “conspiração sem a teoria” é justamente a articulação descuidada e sem base na evidência de conspirações. Quando um teórico da conspiração é interpelado para fornecer as credenciais da sua explicação conspiratória, não é infrequente que a resposta seja: “muitas pessoas estão dizendo...”. Para os autores, esse novo *conspiracionismo* está minando o solo que torna possível a democracia. Essa é mais uma razão para que a definição de Cassam seja levada a sério, ainda que ela possa deixar de fora os casos históricos de conspiração, ela direciona a nossa atenção para o tipo de teoria da conspiração que de fato está na boca do povo.

4. Por que são tão populares?

O foco nas teorias conspiratórias que cumprem uma função política levanta um problema explicativo. Se essas teorias são, como tenho afirmado, improváveis de ser verdadeiras, como se explica que sejam tão difundidas e que haja tanta gente disposta a crer nelas? Eu não pretendo me deter muito neste tema. Saliento, no entanto, que há uma rica discussão na psicologia da crença (VAN PROOIJEN, 2018) e também na epistemologia (CASSAM, 2019b) que pode nos ajudar a entender a difusão das teorias conspiratórias improváveis. A questão aqui é quais fatores nos ajudam a prever a crença em teorias conspiratórias? Vou apenas pincelar alguns desses fatores:

- *Vieses cognitivos*. Temos algumas disposições que podem explicar a aceitação de crenças improváveis em geral. É o caso do *viés de confirmação*, que nos leva a ignorar evidência contrária a uma proposição a qual estamos inclinados e a sobrevalorizar evidência favorável a ela. Também merece destaque o *viés da proporcionalidade*. Tendemos a esperar que eventos significativos tenham causas igualmente significativas. Nesse sentido, um evento de grande impacto social parece requerer

uma causa também de grande dimensão social, como é o caso de uma conspiração. Por fim, o *viés da intencionalidade* nos leva a esperar que nada acontece por acidente, sempre há uma razão ou plano por trás dos fenômenos observados. O assassinato do Presidente Kennedy “ganha” sentido e inteligibilidade quando consideramos a hipótese de que havia uma [conspiração](#) para matá-lo, ao passo que a versão oficial, a de que Oswald, o autor dos disparos, agira sozinho e era um sujeito perturbado, parece tornar o episódio um evento absurdo.

- *Narrativas são sedutoras.* O viés da intencionalidade também está conectado à nossa tendência de organizar a experiência em termos de narrativas e histórias. As narrativas estruturam a nossa experiência temporalmente, os eventos ocorrem em alguma sequência ou ordem e estão conectados uns com os outros. Os eventos de uma narrativa obtêm assim um sentido. Essa tendência é tão proeminente que, em um estudo clássico (HEIDER; SIMMEL, 1944), uma série de indivíduos foram convidados a descrever um [desenho animado](#) feito apenas com figuras geométricas². A maioria descreveu os movimentos das figuras em termos de uma narrativa envolvendo agentes em uma história de amor e rivalidade. Não é assim de admirar que teorias da conspiração, as quais oferecem uma narrativa e trama rica de acontecimentos protagonizados por agentes, seduzam. Entre um mundo improvável mas repleto de sentido e agência e um mundo provável mas vazio de sentido e agência, parece que tendemos não só a preferir o primeiro mas também a crer ilegitimamente que ele é o caso.
- *Agências coletivas e desconhecidas.* Medeiros e Azevedo (2020) conjecturam que a agência coletiva, por ser mais mutável, isto é, há menos restrições para a atribuição de intencionalidade a agentes coletivos em comparação com agentes individuais, tem papel importante na explicação da aceitação de teorias conspiratórias. Penso que a conjectura deles é fecunda, mas, como vejo, acredito que o fator preponderante aqui seja o fato de a agência em questão ser pouco conhecida. Eu conheço pouco a ABIN, o FBI, a CIA etc., pelo menos não tanto quanto conheço

² Veja a animação em <https://www.youtube.com/watch?v=n9TWwG4SFWQ>. Acesso em: 09 jun. 2021.

as pessoas do meu convívio mais imediato. Por isso mesmo há muito mais restrições para atribuir intencionalidades conspiratórias às pessoas do meu convívio que eu sei serem honestas do que às instituições que desconheço e acerca das quais estou muito pouco informado. Assim, eu diria que apelar a agências conspiratórias desconhecidas ou pouco conhecidas, sejam elas individuais ou coletivas, contribui para tornar uma teoria conspiratória mais sedutora.

- *Resposta ao medo e à incerteza.* O viés de intencionalidade é disparado em situações de medo e incerteza. Para dar sentido a uma situação que se percebe como uma ameaça existencial, as pessoas tendem a responsabilizar grupos diferentes do seu, em relação aos quais já têm uma indisposição ou desconfiança. Assim, situações de ataque terrorista, desastre natural, guerras, epidemias etc. são propícias para a difusão de teorias da conspiração. São os momentos em que, devido ao medo e à incerteza, estamos mais dispostos a dar sentido à realidade indesejável encontrando um grupo que tenha conspirado para produzi-la (VAN PROOIJEN, 2018, p. 22-23). Note que esta explicação mobiliza os dois fatores mencionados acima.
- *Personalidades conspiratórias.* A ideia aqui é que algumas pessoas têm naturalmente a tendência de crer em teorias conspiratórias. Por exemplo, um fator que permite prever se uma pessoa tenderá a crer em teorias conspiratórias é se ela é uma pessoa desconfiada, que não costuma confiar nos outros (VAN PROOIJEN, 2018, p. 8). Além disso, há evidência, ainda que limitada, de que pessoas que acreditam em uma teoria da conspiração estão mais propensas a vir a acreditar em outras.
- *Ideologias conspiratórias.* Algumas ideologias ou visões de mundo, por serem mais compatíveis com certas teorias conspiratórias, dispõem quem as professa e encarna a acreditar nas últimas. Por exemplo, adeptos ao liberalismo econômico estão mais dispostos a aceitar que o alarde acerca do aquecimento global é, na verdade, resultado de algum tipo de conspiração de ambientalistas (CASSAM, 2019a, p. 49).
- *Vícios intelectuais.* Outra abordagem interessante é a da epistemologia das virtudes. A ideia aqui é que traços ou disposições mais gerais do

nosso intelecto, tais como mente aberta, espírito crítico, coragem intelectual etc. têm alto poder explicativo. Importa a *maneira* como a pessoa lida com a evidência disponível. Algumas dessas maneiras refletem vícios intelectuais: negligência e descaso pela investigação (CASSAM, 2018), credulidade, imprecisão, insensibilidade ao detalhe, arrogância, orgulho intelectual etc. Nesta abordagem, vícios intelectuais, em especial a credulidade e o desleixo epistêmico, explicariam a adesão a teorias da conspiração improváveis. A vantagem desta estratégia é que ela explica muitos casos de adesão a teorias conspiratórias improváveis sem suspender completamente a responsabilidade do agente. As pessoas não são culpadas pelos vieses naturais que eventualmente possuam, mas elas podem ser responsabilizadas por cultivar vícios em vez de virtudes intelectuais.

Todos esses fatores são relevantes, não vejo razão para tomá-los como excludentes na explicação da difusão das teorias da conspiração, embora alguns possam ter, no geral, um poder explicativo maior que os demais. Conjecturo que as teorias conspiratórias que cumprem uma função política tendem a apelar a agentes coletivos ou de grupo acerca dos quais temos pouco conhecimento. Elas se tornam assim mais sedutoras, o que é “desejável” dada a função que estão destinadas a cumprir. Também me parece razoável que vícios intelectuais possam ser associados à facilidade com que aceitamos a atribuição de intencionalidade a agentes coletivos pouco conhecidos. Por fim, não acho que possamos negligenciar o papel do viés da intencionalidade e a nossa tendência de organizar a experiência por meio de narrativas, especialmente em situações de medo e incerteza. Em plena pandemia, temos visto a proliferação de teorias conspiratórias sobre a origem do coronavírus e sobre a eficiência das vacinas. As teorias da conspiração tornam o mundo ao redor muito mais “encantado”. Um mundo repleto de eventos, por assim dizer, absurdos, isto é, sem uma intenção ou razão por trás, não é um com o qual pareçamos estar completamente confortáveis, apesar de ser o mundo que nos é descrito pela ciência moderna. Keeley (1999, p. 124) novamente é feliz ao afirmar que as teorias da conspiração têm apelo por serem consistentes com uma visão de mundo pré-moderna que ainda se faz presente entre

nós. Desta maneira, a sinergia entre diversos fatores explica melhor a difusão de teorias da conspiração improváveis.

5. A crença em teorias da conspiração é prejudicial?

Ao direcionar a atenção para as teorias da conspiração cuja função é promover uma agenda política, poderíamos ficar tentados a afirmar que as teorias da conspiração em geral são prejudiciais. Mas esse certamente não é o caso. Não estaríamos em uma melhor posição se ignorássemos os casos históricos de conspiração. Muito pelo contrário, teríamos uma compreensão limitada e deturpada da nossa história e estaríamos menos preparados para lidar com conspirações semelhantes que têm impacto significativo na vida pública e social. Como houve, deve estar havendo e haverá conspirações que visam dar certos contornos aos eventos sociais, não devemos, alerta o filósofo David Coady (2006, p. 168), ser muito céticos em relação às teorias da conspiração. Se não as levarmos a sério, não vamos descobrir as evidências que podem vir a confirmá-las, perdendo assim a oportunidade de descobrir conspirações que têm profundo impacto sobre a nossa vida social. Por exemplo, não deveríamos descartar prematuramente a teoria de que o impeachment da Presidenta Dilma deveu-se pelo menos em parte a uma conspiração envolvendo membros da cúpula do judiciário, do legislativo e do executivo. Além disso, alega-se, o risco que se corre é só o de acalentar uma teoria falsa e nada mais do que isso. Assim, nos encorajaria William James (2010), diante da verdade que podemos vir a perder, devemos ser mais ousados em relação às teorias da conspiração.

Mas o risco de levar as teorias da conspiração muito a sério não é só o de acalentar falsidades. Muitas dessas teorias podem promover cursos de ações que são prejudiciais para terceiros. A teoria conspiratória de que a indústria farmacêutica tenta abafar a suposta correlação entre a vacina contra a meningite e o autismo impede que pais e mães que acreditam nesta teoria levem seus filhos para vacinar. Estas crianças e as que convivem com elas serão prejudicadas. No contexto atual, [teorias conspiratórias em relação às vacinas contra a covid-19](#) podem prolongar ainda mais a pandemia³, trazem-

³ Veja o recente estudo publicado pela Royal Society (ROOZENBEEK, J. et al. 2020).

do prejuízo existenciais, sociais e econômicos para a população global. De modo semelhante, a teoria conspiratória de que cientistas conspiram a favor da tese de que o aquecimento global se deve a fatores antropogênicos retarda as ações e medidas que poderia minimizar o aquecimento global. Gerações futuras serão duramente castigadas pelos efeitos da inação de hoje. E não podemos nos esquecer que até guerras foram iniciadas com base em teorias conspiratórias, ou envolveram teorias conspiratórias sobre os grupos ou populações inimigas. A teoria de que o Iraque estava produzindo e escondendo armas biológicas de destruição em massa era conspiratória (VAN PROOIJEN, 2018, p. 14).

A obsessão por teorias da conspiração em geral distorce a nossa concepção do mundo social. Popper (1974, Capítulo 14) chamou a atenção que perdemos de vista o fenômeno social como um todo quando nos concentramos só nos efeitos pretendidos da agência humana, algo que é bem canalizado pelo apelo a teorias da conspiração. Só enxergamos aqueles resultados que foram visados ou planejados. No entanto, o tecido social e as estruturas sociais resultam não infrequentemente de uma série de efeitos não pretendidos ou visados das diversas agências em interação num corpo social. Por exemplo, quando alguém entra no mercado de imóveis para vender a sua casa, um dos efeitos claramente não pretendidos é a desvalorização dos imóveis, já que esta ação contribui para o aumento da oferta. Se focamos apenas em explicações intencionais e, em particular, em explicações a partir de teorias da conspiração, todo um universo de efeitos não pretendidos simplesmente desaparece do nosso radar. Obtemos, assim, uma visão não só empobrecida, mas sobretudo enviesada do mundo social.

As teorias da conspiração também podem se tornar obstáculos para o conhecimento. Neste caso, o problema não é tanto a distorção em si, mas as consequências dos meios empregados para gerar essa distorção, pois eles acabam por impedir por completo o conhecimento. Como observa Keeley, os defensores mais fanáticos de teorias da conspiração “colocam em dúvida as várias instituições que foram construídas para gerar dados e evidência confiáveis” (KEELEY, 1999, p. 121, tradução minha). A teoria conspiratória se radicaliza na medida em que cada vez mais pessoas e instituições são envolvidas na conspiração. No limite, toda a indústria farmacêutica e toda a

ciência, por exemplo, estão envolvidas na conspiração para abafar a suposta correlação entre a vacina contra a meningite e o autismo. Isso cria um obstáculo para o conhecimento pois essas instituições não são mais tratadas como idôneas ou credíveis. O cidadão inclinado a tais teorias conspiratórias perde a capacidade de obter conhecimento por testemunho dessas instituições. A sociedade se fragmenta e deixa de compartilhar uma realidade comum. Coletivamente, temos uma catástrofe cognitiva: a capacidade de confiar em peritos e de coordená-los para expandir o nosso conhecimento coletivo se deteriora.

6. Devemos nos preocupar e combater as teorias da conspiração?

Há razões tanto para a apologia das teorias da conspiração, quando pensamos nos casos históricos, quanto para o ceticismo em relação às teorias da conspiração, quando focamos nas teorias da conspiração que têm uma função política. Pode parecer que não há qualquer dificuldade aqui, já que temos dois grupos de teorias da conspiração e a recomendação de atitudes diferentes para cada um dos grupos, não para o mesmo grupo. Não há, assim, nenhuma tensão. O problema, como mencionei no início, é que as teorias da conspiração estão frequentemente misturadas, nem sempre é fácil determinar se uma teoria da conspiração está cumprindo uma função política ou não, tampouco temos evidência robusta para conspirações reais e históricas de início, logo que a suspeita foi levantada. Pode ser que, ao final, a teoria da conspiração de que o impeachment da Dilma foi promovido por membros do judiciário, do legislativo e do executivo não seja verdadeira e esteja cumprindo apenas uma função política, denegrindo certos grupos da política brasileira e vitimizando certa parcela da esquerda nacional. Alguns diriam que não dá ainda para saber. O que fazer em tais situações? Levar a sério em bloco as teorias da conspiração ou rejeitá-las em bloco?

Penso que não precisamos adotar uma estratégia global para todas as teorias da conspiração. O mais razoável é tratar caso a caso. Temos também algumas ferramentas para nos ajudar nesta tarefa. Uma delas é o risco indutivo⁴. A ideia aqui é muito simples. Ao considerar uma teoria da conspiração,

⁴ Para uma exposição sucinta do fenômeno do risco indutivo, veja Carvalho (2020a). Para uma exposição e discussão mais aprofundada, veja o texto clássico sobre o tema da Heather

temos de avaliar os riscos de considerá-la verdadeira e de rejeitá-la como falsa. Esta ponderação nos fornece pistas sobre o grau de evidência necessário para levar esta teoria a sério. Por exemplo, o risco de rejeitar como falsa a teoria da conspiração sobre o impeachment da Dilma é perder a oportunidade de desmascarar grupos de agentes públicos que agiram e podem voltar a agir de modo ilegítimo na condução da política do país. O risco de aceitá-la como verdadeira é ajudar a promover uma agenda política pelas razões erradas ou que não nos convém. Note que a agenda política neste caso não é algo tão nefasto quanto o antissemitismo, apenas a promoção de uma imagem da esquerda como sendo vítima de perseguição. Comparativamente ao risco de aceitar as teorias da conspiração sobre as vacinas, o risco aqui é bem menor, pois não parece colocar a saúde de ninguém em uma situação de vulnerabilidade. Eu diria que mesmo lá em 2016, quando havia pouca evidência em favor da conspiração, era razoável levar essa hipótese a sério, pelo menos para instigar investigações ulteriores. Já as teorias da conspiração sobre a confiabilidade das vacinas exigem muito mais evidência em seu favor, pois, para levá-las a sério, é preciso fazer frente ao risco de colocar a saúde e a vida de milhares de pessoas em uma situação de vulnerabilidade. Assim, temos de olhar para as consequências práticas de se usar e ignorar uma teoria da conspiração para determinar o limiar de evidência acima do qual a aceitação é razoável e abaixo do qual a rejeição é desejável. O apelo ao risco indutivo, no entanto, esbarra em limitações. No momento atual, por exemplo, discute-se se a teoria de que o novo coronavírus escapou, intencionalmente ou não, de um laboratório de Wuhan foi descartada prematuramente ou não⁵. Embora vários cientistas tenham alegado que essa possibilidade é muito remota, não houve uma investigação conclusiva sobre o assunto, e a visita de uma equipe da OMS ao laboratório para investigar a questão enfrentou uma série de restrições. O fato é que o cenário político e as consequências diplomáticas em torno desta teoria em particular são tão complexas, vastas e mesmo controversas que é difícil saber se a descartamos prematuramente ou não olhando para as consequências. Ainda assim, o risco

Douglas (2000).

⁵ Para uma discussão detalhada de razões contrárias e favoráveis à teoria, veja a reportagem da BBC “The Wuhan lab leak theory”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/australia-news/audio/2021/jun/07/the-wuhan-lab-leak-theory> Acesso em: 10/06/2021.

indutivo é uma ferramenta muito útil para uma parcela significativa dos casos.

Outra ferramenta que podemos usar diz respeito ao tipo de agente conspiratório. De fato, se a conspiração envolve agentes coletivos acerca dos quais se tem pouco conhecimento, temos de resistir à tentação de aceitar a atribuição de intenções conspiratórias em relação a esses agentes. A ignorância em relação a essas agências não é uma razão para aceitar teorias conspiratórias em que elas estejam envolvidas. Muito pelo contrário. Ademais, é de se esperar que o fato de estarmos dispostos a aceitar essas atribuições de intencionalidade, especialmente em situações de medo e incerteza, seja explorado por teorias conspiratórias que têm uma função política. Assim, eu recomendaria que, *prima facie*, se suspeite de teorias da conspiração que envolvam agentes coletivos pouco conhecidos. Em situações de crise, devemos ficar ainda mais alarmados.

Por fim, teorias da conspiração que, para serem sustentadas, acabam exigindo de nós ceticismo amplo em relação aos peritos e às instituições públicas de produção de conhecimento são teorias que dificilmente deveríamos aceitar. É o caso das teorias conspiratórias que tentam introduzir “fatos” alternativos. Além de serem muito improváveis, já que implicam conspirações que envolvem grupos grandes de indivíduos, elas minam completamente o tecido social que torna o conhecimento coletivo possível. Duvidar das instituições públicas produtoras de conhecimento apenas para salvar uma teoria da conspiração significa recusar a autoridade dos peritos e isolar-se enquanto agente do conhecimento nos confins estreitos da experiência individual. Há razões prudenciais, epistêmicas e morais contra tal atitude. Ela nos leva à fragmentação, “uma sociedade que perde a confiança na capacidade de conhecer a realidade é uma sociedade que se aliena e se torna extremamente vulnerável à fragmentação” (CARVALHO, 2020b). Deste modo, não estamos completamente desamparados na tarefa de distinguir teorias da conspiração que merecem atenção daquelas que não valem um caracol.

7. Considerações finais



O conjunto de ferramentas e considerações que esbocei para distinguir teorias da conspiração legítimas de espúrias não responde ainda a inquietação seguinte que é a de como as combatemos. Esta é uma questão difícil para a qual não tenho respostas prontas e acabadas. No entanto, se o diagnóstico de que estamos presenciando uma difusão além do normal de teorias das conspirações porque elas ganharam um papel relevante na realização de agendas políticas é correto, então isso nos abre um novo horizonte de estratégias para combater teorias da conspiração ilegítimas. A questão não deve ser enfrentada apenas no plano individual, nas arenas psicológica e epistemológica, como se bastasse orientar e educar os indivíduos quanto aos vieses e vícios intelectuais que os levam a crer em teorias da conspiração ridiculamente improváveis. Esse esforço é fundamental, não pretendo desmerecê-lo, mas não é suficiente. Temos também de estar atentos ao fato de que estes vieses e vícios serão explorados de modo propositado ou não na articulação de teorias da conspiração para a promoção de agendas políticas, e que importa então pensar meios de rearranjar as instituições políticas e os meios sociais de comunicação para que se tornem mais resistentes ou mesmo desmotivem a difusão de teorias da conspiração improváveis. Temos de pensar em estratégias para combater essas teorias ilegítimas em um plano social e estrutural.

Recebido em 10/06/2021 e aprovado em 25/06/2021

Referências

CARVALHO, E. M. “As humanidades e o uso adequado das ciências”. *Estado da Arte*, maio 2020a. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/humanidades-ciencias-eros/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

CARVALHO, E. M. “Por que confiar na ciência”? *Jornal da Universidade (UFRGS)*, p. 1–3, maio 2020b. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/por-que-confiar-na-ciencia/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

CASSAM, Q. “Descaso epistêmico”. *Critica*, p. 1–19, 2018. Disponível em: <https://criticanarede.com/descaso.html>. Acesso em: 09 jun. 2021.

CASSAM, Q. *Conspiracy Theories*. Cambridge: Polity Press, 2019a.



CASSAM, Q. *Vices of the mind: from the intellectual to the political*. Oxford: Oxford University Press, 2019c.

COADY, D. (ED.). *Conspiracy Theories. The Philosophical Debate*. Hampshire: Ashgate Publishing Company, 2006.

DOUGLAS, H. “Inductive Risk and Values in Science”. *Philosophy of Science*, v. 67, n. 4, p. 559–579, 2000.

FELDMAN, S. “Counterfactual Conspiracy Theories”. *International Journal of Applied Philosophy*, v. 25, n. 1, p. 15–24, 2011.

HEIDER, F.; SIMMEL, M. “An Experimental Study of Apparent Behavior”. *The American Journal of Psychology*, v. 57, n. 2, p. 243, abr. 1944.

JAMES, W. “A Vontade de Acreditar”. In: MURCHO, D. (Ed.). *A Ética da Crença*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2010. p. 137–174.

KEELEY, B. L. “Of Conspiracy Theories”. *The Journal of Philosophy*, v. 96, n. 3, p. 109–126, mar. 1999.

MEDEIROS, E. V.; AZEVEDO, M. A. “Are Collectives more Conspiratorial than individuals”? In: GREENE, R.; GREENE, R. (Eds.). *Conspiracy Theories: philosophers connect the dots*. Chicago: Open Court Publishing Company, 2020.

MUIRHEAD, R.; ROSENBLUM, N. L. *A lot of people are saying: the new conspiracism and the assault on democracy*. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

POPPER, K. R. *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1974.

ROOZENBEEK, J. et al. “Susceptibility to misinformation about COVID-19 around the world”. *Royal Society Open Science*, v. 7, n. 10, p. 201199, out. 2020.

ROWLANDS, M. *The Philosopher and the Wolf: Lessons from the Wild on Love, Death and Happiness*. Granta Books, 2009.

VAN PROOIJEN, J. *The Psychology of Conspiracy Theories*. London: Routledge, 2018.